



**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM
DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR**

ALDAMERCIA DANIEL CRUZ

**DESAFIOS DO PROFESSOR PARA ENSINAR ALUNOS
COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS -
SURDOCEGUEIRA**

JOÃO PESSOA-PB

2018



ALDAMERCIA DANIEL CRUZ

**DESAFIOS DO PROFESSOR PARA ENSINAR ALUNOS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS -
SURDOCEGUEIRA**

Artigo científico apresentado como
Trabalho de Conclusão de Curso do curso
de Pós-graduação lato sensu em
Docência do Ensino Superior, da
FACULDADE TRÊS MARIAS

JOÃO PESSOA-PB

2018

FACULDADE TRÊS MARIAS COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

FICHA DE AVALIAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ALUNO(A):

TÍTULO:

PROF (A). ORIENTADOR (A).: _____

DATA: _____ / _____ / _____

ASPECTOS FORMAIS DO TEXTO ESCRITO					
CRITÉRIOS	Relevância do tema (1,0)	Uso do referencial teórico (1,0)	Capacidade de análise e síntese (1,0)	Coerência e coesão textual (1,0)	Apresentação gráfica (1,0)
PONTUAÇÃO					
APRESENTAÇÃO ORAL					
CRITÉRIOS	Clareza nas expressões, postura e segurança (2,0)		Articulação com o trabalho escrito (2,0)	Uso do recurso didático de apresentação (1,0)	
PONTUAÇÃO					
RESULTADO					
CRITÉRIOS	Aspectos formais do texto escrito		Apresentação Oral		TOTAL
PONTUAÇÃO					



BANCA EXAMINADORA

Presidente da Banca Examinadora

Membro da Banca

Membro da Banca

DESAFIOS DO PROFESSOR PARA ENSINAR ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS - SURDOCEGUEIRA

Resumo: Resumo: O artigo vem expor as dificuldades que os professores sentem em relação ao processo de inclusão de alunos com necessidades especiais, nas escolas de ensino regulares no Brasil. a Constituição Federal de 1988 estabeleceu que o direito à escolarização de toda e qualquer pessoa, a igualdade de condições para o acesso e para a permanência escolar. A definição de qual seria o tema do projeto veio ao participar de um Curso de Inclusão Escolar e Deficiência, na FUNAD-PB. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do projeto, foi de cunho bibliográfico. O procedimento de coleta de dados utilizado foi a análise de obras bibliográficas sobre o tema, de inclusão de pessoas surdocegas. O objetivo da pesquisa foi buscar estratégias de ensino, bem como recursos pedagógicos, que pudessem propiciar a inclusão e o desenvolvimento educacional de um aluno com surdocego na sala regular de ensino. A dificuldade encontrada no dia-à-dia dos professores para lidar com as especificidades de cada aluno, com deficiências, transtornos do espectro autístico, altas habilidades e superdotação, entre outras necessidades educacionais especiais nas escolas de ensino regular no Brasil. Conclui diante dos fatos a falta de cursos de capacitação para os professores na área de educação especial inclusiva, para que os mesmos pudessem ter uma boa base de conhecimentos sobre essas habilidades especiais. são indispensáveis ao seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Inclusão. Curso de Formação. Desafios. Aluno Surdocego.

Abstract: The article presents the difficulties that teachers feel in relation to the process of inclusion of students with special needs in regular schools in Brazil. the Federal Constitution of 1988 established that the right to schooling of every person, equal conditions for access and for school stay. The definition of what would be the theme of the project came when participating in a Course of School Inclusion and Disability, at FUNAD-PB. The methodology used for the development of the project was bibliographic. The data collection procedure used was the analysis of bibliographical works on the subject, including the inclusion of deafblind people. The objective of the research was to find teaching strategies as well as pedagogical resources that could promote the inclusion and educational development of a student with deafblindness in the regular classroom. The difficulty encountered in the daily life of teachers to deal with the specifics of each student, with disabilities, disorders of the autistic spectrum, high skills and giftedness, among other special educational needs in regular schools in Brazil. It concludes from the facts the lack of training courses for teachers in the area of special inclusive education, so that they could have a good knowledge base on these special skills. are indispensable to its development.

Keywords: Inclusion. Graduation course. Challenges. Deafblind student.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Especial é uma área bem abrangente tem como público-alvo pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades entre outras deficiências. No Brasil, de acordo com dados do Censo, o número de matrículas desse público em escolas regulares vem aumentando e com esse crescimento, faz-se necessário um conhecimento maior acerca desse alunado.

Esse acesso as escolas regulares só foi possível após a aprovação da resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) na Câmara de Educação Básica (CEB), que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação especial na Educação Básica.

As Diretrizes Curriculares para Educação Especial instituem que as escolas deverão organizar-se para garantir o atendimento de qualidade a esses educandos em suas salas regulares.

Art. 3º Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001).

A surdocegueira é uma deficiência única, que em alguns casos são adquiridos e em outros congênitos, por sequelas de alguma doença que a mãe tenha tido durante o período de gestação. “A utilização da palavra “surdocego”, sem o uso de hífen, no caso “surdo-cego”, pois a surdocegueira, por ser uma deficiência única e específica, apresenta outras questões e dificuldades além da surdez e da cegueira (Lagati - 2002)”.

Percebendo as dificuldades em ensinar a uma criança com alguma dessas deficiências ou talvez com as duas, percebeu-se a necessidade de participar de uma palestra na FUNAD, apresentada pela Professora e Reabilitadora Lenice

Carneiro Leal, sobre curso de “Inclusão Escolar e Deficiências: Questões de Legislação e Acessibilidade Pedagógica”, onde a mesma fez um relato de como começou a trabalhar com crianças surdocegas.

A Professora relata que ao presenciar uma colega de trabalho, dizer a uma mãe que não tinha mais como ajudar ao seu filho, pois ele precisava mais que ajuda, além do acompanhamento psicológico. Diante do que ouvira, ela ficou angustiada e aquela situação passou a lhe incomodar nas vinte e quatro horas do dia, até que encontrou um curso na área de surdocegueira oferecido pela UFPE, na cidade de Recife com duração de 15 dias. Partiu para fazer o curso e ao retornar se reuniu imediatamente com a diretoria da FUNAD e depois ligou para a mãe da criança pedindo que ela retornasse à instituição e comunicou que iria fazer o acompanhamento de seu filho a partir daquela data.

Em sua palestra, ela também compartilhou conosco a experiência vivida, dizendo que não havia sido nada fácil, e que a realidade era bem mais complexa, porque também temos que ter o cuidado de como abordar cada criança, pois apesar delas terem a mesma deficiência, o grau de dificuldades não é o mesmo.

A partir do assunto abordado, surgiu a necessidade de investigar, e com nossa curiosidade bem mais aguçada resolvemos pesquisar mais sobre educação especial e inclusiva e percebemos que, é um mundo novo e de novas descobertas e desafios para os professores.

Juntando a nossa dedicação com a vontade de aprendermos para poder cooperar com essas crianças que tanto necessitam de ajuda, encontramos nas pesquisas um filme baseado na vida de Helen Keller, que até um ano e meio de existência era uma criança sadia ou perfeita de acordo com o olhar da nossa sociedade. O filme “Hellen Keller e o Milagre de Anne Sullivan (The Miracle Worker – 2000).

Diante do que foi relatado e também com a experiência de sala de aula como professora de algumas crianças especiais percebemos como é difícil para nós trabalharmos sem recursos educacionais e muitas vezes também sem a ajuda dos pais que por algum motivo não aceitam a condição de seu filho, fomos buscar metodologias de como nós professores devemos agir ou nos capacitarmos para

atender uma criança com essa deficiência no ensino regular, pois não é apenas dizer que a partir de hoje as escolas regulares tem a obrigação de aceitar essas crianças, mas sim de capacitar seus professores, para que os mesmos tenham como atender de maneira correta e também atender as expectativas dessas crianças para que o abalo psicológico delas seja amenizado.

“No entanto não basta que uma proposta se torne lei para que a mesma seja imediatamente aplicada. Inúmeras são as barreiras que impedem que a política de inclusão se torne realidade na prática cotidiana de nossas escolas. Entre estas, a principal, sem dúvida, é o despreparo dos professores do ensino regular para receber em suas salas de aula, geralmente repletas de alunos com problemas de disciplina e aprendizagem, essa clientela (BUENO, 1999; GLAT, 1995; 2000; GOFREDO, 1992; entre outros).”

Como aponta Bueno (1999), há dois tipos de docentes, aqueles já estão na rede regular de ensino e tem um pouco de conhecimento sobre as necessidades especiais, pois trabalham com alguns alunos em suas turmas, esses professores são chamados por ele de “generalistas”, e os docentes que são “especialistas” atuam nas diferentes áreas de “necessidades educacionais especiais” ou seja são especialistas que estão capacitados a fazer um atendimento direto a essas pessoas ou realizando o trabalho de apoio aos professores nas classes regulares.

A noção que temos sobre escola inclusiva, vem a partir da *Declaração de Salamanca*¹ (UNESCO, 1999), no nosso país essa dimensão vai além da inserção dos portadores de deficiências, eles não são os únicos excluídos do sistema educacional. O fato é que tem se mostrado incapaz de lidar com o número cada vez maior de alunos que, devido a problemas sociais, culturais, psicológicos e/ ou de aprendizagem, fracassam na escola.

Levando em conta que a temática: o atendimento educacional de alunos surdocegos, ainda é muito recente, sendo oferecida apenas em poucos cursos de pós-graduação. Percebemos a necessidade de nos aprofundarmos sobre o assunto e buscarmos conhecimento na área e assim desenvolvermos maneiras e didáticas as quais possibilitem identificar as necessidades de professores que atuam com esses alunos.

¹ O processo de educação inclusiva entende-se pela inclusão, dos portadores de necessidades educacionais especiais ou distúrbios de aprendizagem no ensino regular comum em todos os graus.

A formação de professores especialistas, além dos aspectos que fundamentam a sua formação, e no que se refere ao conhecimento, necessitam ter em sua competência técnica, instruções em libras, braile, sorobã e adaptações que devem ser feitas em materiais didáticos e sistemas de comunicação, de forma a atender melhor as necessidades do aluno.

Quanto às expectativas, são muitas, pois o primeiro contato com o aluno é cheio de dúvidas e exige adaptações de acordo com o grau de dificuldade dele, então devemos ter cuidado ao transmitir esse conhecimento para prática. Assim sendo, estamos sempre em busca de informação e capacitação com o intuito de sanar essas dificuldades do dia-a-dia. Hoje com o advento da internet, fazemos pesquisas de materiais disponibilizados, sejam eles materiais didáticos, vídeos, e até mesmo depoimentos de pessoas ou grupos que já passaram por este primeiro momento, pois assim como nas capacitações, sempre há a possibilidade de troca de experiências que ajudam a lidar melhor com a dificuldade de cada indivíduo. Um exemplo é a FUNAD (Fundação Nacional de Apoio a Deficiência), onde é feito o atendimento especializado para pessoas com necessidades especiais, nela podemos buscar tanto conhecimento como esclarecimento de dúvidas e até mesmo materiais educacionais, que ajudam aos cuidadores, professores e pessoas que tenham interesse pelo assunto, a lidar com essas situações diárias.

A inclusão escolar não depende apenas de adequações de recursos pedagógicos, mas também de adaptações nas estruturas físicas das escolas. Como exige a Lei 10.098 de 2000, capítulo VII, Art. 17. Essa mesma lei exige também a qualificação de profissionais para que esses possam trabalhar com essas crianças.

“Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação. LEI 10.098 de 19-12-2000 “

Devido às necessidades especiais da pessoa surdocega, verificamos varias formas com as quais os surdocegos se comunicam com outras pessoas.

Segundo Santos, Galvão e Araújo (2009) O tipo de comunicação deve ser de responsabilidade da própria pessoa surdocega. Abaixo, observa-se a descrição sucinta de algumas dessas possibilidades:

-Língua Brasileira de Sinais (Libras): utilizada pelas pessoas surdas e adaptada à condição visual do surdocego. Observando-se aspectos como distância e posicionamento para a apresentação dos sinais. Caso seja cegueira, os sinais são realizados na mão do surdocego.

-Alfabeto dactilológico: também chamado de alfabeto digital ou alfabeto manual do surdo digitado na mão da pessoa surdocega, que pela articulação ou posição dos dedos percebe o sinal que está sendo formado e decodifica a letra.

-Braille digital: o Braille digitado no corpo da pessoa surdocega, mas precisamente nos dedos. -Escrita alfabética na palma da mão: as letras do alfabeto são traçadas na palma da mão da pessoa surdocega.

-Tadoma: a percepção da vibração e articulação das palavras realizada pela mão do surdocego junto ao aparelho fonoarticulatório do falante. (SANTOS, GALVÃO e ARAÚJO, 2009, p.259)

A comunicação pré-simbólico tem inicio com objetos de referências, com objetos que antecipam as atividades que os alunos sudocegos iram desenvolver, também existe o objeto de referência onde mesmo irá identificar o seu tutor ou guia-intérprete.

A comunicação pré-lingüístico é quando a criança adquire a surdocegueira antes da aquisição da linguagem escrita.

A comunicação pós-lingüístico são aquelas pessoas que tiveram a perda sensorial após adquirirem uma linguagem oral ou escrita.

O passo inicial é a realização de uma avaliação dos possíveis resíduos visuais e/ou auditivos e do nível de linguagem alcançado neste momento, antes de selecionar o sistema ou sistemas mais apropriados para cada caso concreto. Entretanto, seja congênita ou adquirida a sua limitação, os surdocegos dependerão sempre de métodos especiais de comunicação. As principais condições a considerar são os resíduos visuais e/ou auditivos; momento de aparecimento da surdocegueira; aceitação da nova condição (aspecto emocional); idade da pessoa ; nível educacional alcançado e o ambiente familiar. (SERPA, 2002, p. 16)

Vários estudiosos sempre chegam ao mesmo ponto de vista, a importância da capacitação de profissionais na área de educação especial como também incluir as famílias neste contexto.

Para Souza (2005), a importância de capacitar a família para que sua participação efetiva na educação de seu filho surdocego. Souza (2005), também sugere um programa educacional que envolva as famílias e as oriente com relação as suas dificuldades.

Na opinião de Souza (2005), o trinômio família-professor-coordenação é um facilitador processo de aprendizagem da criança surdocega, pois a família ouvida, entendia e atendia em suas necessidades em relação à criança, quando existe essa integração a família sente-se mais segura para educá-la e, conseqüentemente, consegue incluir seu filho surdocego nas atividades do dia-a-dia familiar.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL:

Identificar quais os principais desafios enfrentados pelos professores na educação de pessoas surdocegas.

2.2 OBJETIVO ESPECIFICO:

Capacitar professores com cursos de formação na área de Educação Especial.

Trabalhar com didáticas mais flexivas, diante do grau de dificuldade de cada aluno.

Trazer as famílias desses alunos para dentro do contexto escolar, para contribuir no aprendizado dos mesmos.

3 JUSTIFICATIVA

Os desafios que os professores enfrentam para ensinar crianças ou adolescentes surdocegos, são ainda mais desafiadores, do que com um aluno com uma única deficiência sensorial, a importância da participação do governo em promover cursos na área da surdocegueira, a participação não só do professor na fase educacional, mas também a participação ativa da família.

4 METODOLOGIA

Bibliográficas, Empírica

Como metodologia de pesquisa empírica (ou de campo), foi feita em loco, quando buscamos depoimentos de profissionais que trabalham na área e familiares, compartilhando suas experiências conosco, onde iremos fazer questionamentos sobre a vivência no cotidiano desses indivíduos.

Se os dados imediatos da experiência pudessem aprender, de forma direta, esses aspectos da realidade, os procedimentos analíticos seriam dispensáveis. [...] [como isso não ocorre], os procedimentos analíticos servem de instrumento e de guia à nossa capacidade de percepção e interlocução do próprio mundo em que vivemos e das bases reais do nosso comportamento. (FERNANDES, Florestan 1986: 95)

Como pesquisa bibliográfica foi utilizado a pesquisa teórico-conceitual do material a ser usado como base para o desenvolvimento do projeto. Segundo GIL (2010) a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado com o objetivo de analisar posições diversas em relação a determinado assunto.

5 BIBLIOGRAFIAS

- Filme. **Helen Keller e o Milagre de Anne Sullivan (The Miracle Worker – 2000)** – legendado. <https://www.youtube.com/watch?v=9zqn_pHoni0>. Acesso em: 11/09/2016.
- FUNAD. - Curso de “Inclusão Escolar e Deficiências: Questões de Legislação e Acessibilidade Pedagógica”. Julho/2016.
- GLAT, R. & NOGUEIRA, M. L. Políticas Educacionais e a Formação de Professores para Educação Inclusiva no Brasil. In: Revista Integração. Vol 24, ano 14; Brasília: MEC/SEESP, p.22 – 27. 2002.
- Legislação Brasileira Sobre a Pessoa com Deficiência, 7ª edição, 2013, p.148. <<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/acessibilidade/legislacao-pdf/legislacao-brasileira-sobre-pessoas-portadoras-de-deficiencia>> . Acesso em: 04/10/2016.
- Livro. MEKSENAS, Paulo. Pesquisa Social e Ação Pedagógica, Editora Loyola, 2010, p.124.
- SANTOS, Miralva Jesus Dos; GALVÃO, Nelma de Cássia Silva Sandes; ARAÚJO, Sheila Correia de. Atendimento educacional específico: Deficiência visual e surdocegueira. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/rp6gk/pdf/diaz-9788523209285-24.pdf>> . Acesso em: 21/09/2016.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994. Disponível em: <<http://SEESP/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 11/09/2016.



FACULDADE TRÊS MARIAS COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos _____ dias do mês de _____ de _____, às _____ horas, na sala número _____ do FACULDADE TRÊS MARIAS, na presença da banca examinadora, presidida pelo(a) professor(a) _____ e composta pelos seguintes membros:

1) _____ e

2) _____, o(a)

aluno(a) _____ apresentou o

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-graduação lato sensu em _____ como elemento

curricular indispensável para conclusão do curso. Após a apresentação do trabalho e as considerações da Banca Examinadora, os membros se reuniram em sessão reservada e decidiram pelo resultado _____ mediante obtenção de nota _____ (_____), ora formalmente divulgado ao(à) aluno(a) e aos demais participantes, e eu professor(a) _____

_____ na qualidade de presidente da Banca lavrei presente ata que será assinada por mim, pelos demais membros e pelo(a) aluno(a)apresentador(a) do trabalho.

Assinaturas:

Presidente da Banca Examinadora

Membro da Banca

Membro da Banca

Aluno(a)